



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1683, SEXTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2011

Regime especial de licitações afronta a transparência e o interesse público, reprovando Duarte Nogueira

O Regime Diferenciado de Contratações (RDC), aprovado no plenário da Câmara na quarta-feira (15), afronta a transparência e contraria o interesse público. A opinião é do líder tucano na Casa, **Duarte Nogueira (SP)**. O modelo que afrouxa as regras de licitações para as obras da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 foi incluído na Medida Provisória 527/11, que, originalmente, previa apenas a criação da Secretaria de Aviação Civil.

“O projeto foi aprovado do jeito que o governo mais queria: como um jogo de cartas marcadas e ocultas”, condenou. Para Nogueira, a alteração abre brecha para corrupção. Um dos pontos inseridos pela base aliada na última versão do relatório é o caráter sigiloso do orçamento prévio. “Esse dispositivo retira toda a transparência do processo licitatório e o controle por parte da sociedade”, disse.

Outro ponto criticado pelo líder refere-se à forma de

aditamento. “Se a administração pública fizer ajustes no contrato, o acréscimo pode chegar a 25%, assim como, se houver exigência de alteração por parte da Fifa ou do COI, não há limites para a mudança de valores. O céu é o limite para os gastos”, afirmou.

Em um dos destaques que serão votados no dia 28, o PSDB tentará retirar do texto o artigo 9º, da contratação integrada. Com essa modalidade, a empresa vencedora entregará a obra pronta para o fim a que se destina, sem que o certame esteja embasado em projeto básico previamente formulado. “Neste novo modelo não haverá o menor detalhamento. É como definir a licitação com base em um rascunho feito em papel de pão. É subjetivismo puro.”

Para Nogueira, o governo não aprendeu com os Jogos Pan-Americanos de 2007. “As obras estavam estimadas em R\$ 400 milhões e acabaram custando R\$ 4 bilhões por falta de planejamento.”



MP abre brecha para corrupção

- A base aliada inseriu, na última versão do relatório, o caráter sigiloso do orçamento prévio, comprometendo a transparência.
- Se houver exigências de adequação por parte da Fifa e do COI, poderão ser feitos aditivos, aumentando o valor da obra.
- No modelo de contratação integrada, a empresa realizará todas as etapas do empreendimento, inclusive o projeto básico.

Adoção de medidas emergenciais para concluir aeroportos revela incompetência, avaliam parlamentares

A pressa em concluir as obras dos aeroportos para a Copa do Mundo e as Olimpíadas mostra que o governo jogou no colo da iniciativa privada problemas que não teve capacidade de resolver. Essa é a opinião dos deputados **Vanderlei Macris (SP)** e **Reinaldo Azambuja (MS)**. Apesar da aprovação na Câmara da MP 527/11, que afrouxa as regras para licitações, há praticamente um consenso entre especialistas e empresários de que é impossível concluir a ampliação dos terminais até 2014. Segundo eles, é provável que o Executivo abra mão de prazos e adote medidas emergenciais para atender a demanda.

Segundo Macris, o Brasil se encontra em uma situação delicada quanto aos empreendimentos realizados para os mundiais. “Fazer uma obra apressadamente custa muito caro para o bolso do contribuinte. É uma total incompetência e falta de consideração com a população. A opinião pública esperava que um evento como esse fosse tratado com seriedade e o governo não fez absolutamente nada”, condenou.

Na avaliação de Azambuja, a atitude demonstra inefi-

ciência. “A correria mostra a falta de planejamento do PT. Você não faz um processo de privatização com resultados a toque de caixa”, criticou Azambuja.

Os tucanos temem que, ao entregar os aeroportos às pressas para a iniciativa privada, o Planalto gere um marco regulatório inadequado e falho para o setor, que já é caótico. “Tudo realizado de última hora e de forma apressada sai mal feito, inclusive as privatizações, que serão executadas de maneira atropelada”, alertou Macris.

“Essa desconfiança dos especialistas e dos próprios empresários mostra que o governo está na contramão”, avaliou Azambuja.



“Fazer uma obra apressadamente custa muito caro para o bolso do contribuinte. É uma total incompetência e falta de consideração com a população.”

■ Deputado **Vanderlei Macris (SP)**

Nova fase do "Minha Casa Minha Vida" ficará só no papel, acreditam tucanos

Os deputados **Alberto Mourão (SP)** e **Ricardo Tripoli (SP)** acreditam que a segunda fase do programa "Minha Casa Minha Vida", lançada ontem (16) no Palácio do Planalto, seguirá o caminho da primeira etapa e ficará só no papel. O projeto foi criado em 2009 com a promessa de construir um milhão de casas, mas levantou apenas 238 mil unidades até o fim do ano passado. A nova versão estima entregar dois milhões de moradias. Na opinião dos tucanos, a meta é praticamente impossível.

"O governo é bom de anunciar e ruim de fazer. O que vem ocorrendo é um descompasso entre o discurso e a prática. O Executivo não tem uma gestão eficiente nem padrão de qualidade", apontou Tripoli, para quem a execução do programa precisa ser revista e otimizada.

O tucano defende a priorização da população menos favorecida. A nova etapa prevê que 60% das moradias serão destinadas às famílias com renda mensal de até R\$ 1.395. Ele ressalta que várias promessas do PT não correspondem às reais necessidades do brasileiro. "Fa-

zer casas em locais que não têm a mínima infraestrutura não atende as pessoas. E ainda empurra o povo para a periferia das cidades, socializando mais pobreza."

Mourão acrescenta que o programa sofre de problemas estruturais por falta de planejamento. Para ele, antes de lançar projetos, o governo precisa buscar a viabilização, além de reduzir a burocracia. Das 400 mil moradias prometidas para as classes mais baixas na primeira fase, somente 92 mil ficaram prontas até dezembro, informa relatório do Tribunal de Contas da União (TCU).

"O relançamento é apenas para requestrar a matéria, pois não conseguiram cumprir as metas estabelecidas lá atrás. Se não se operacionalizou nem metade de um milhão, dificilmente se chegará aos dois milhões." @

R\$ 71,7 bilhões

É o valor que o governo Dilma pretende utilizar para construir dois milhões de casas até 2014.

@ **Dilma lança segunda etapa do programa habitacional sem atingir metas da primeira**

Deputados apoiam Itália por recorrer à Corte de Haia contra decisão de abrigar ex-terrorista no Brasil

A desastrosa política externa brasileira levará o governo da Itália a recorrer à Corte Internacional de Haia contra a decisão do ex-presidente Lula, ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, de conceder refúgio ao ex-terrorista Cesare Battisti. Ele foi condenado à prisão perpétua no país europeu por quatro assassinatos cometidos na década de 70.

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, **Carlos Alberto Leréia (GO)**, e o deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)**, a decisão das autoridades italianas é acertada. Eles afirmam que Lula comprometeu os acordos diplomáticos entre os países.

O ministro italiano das Relações Exteriores, Franco Frattini, definiu como um "erro" a decisão do ex-presidente. Segundo ele, "até dia 25 será apresentada a demanda ao Comitê de Conciliação", que representa uma "pré-condição ao recurso no Tribunal Internacional de Haia".

Ao contrário da justificativa petista, Battisti não sofre nenhuma perseguição política. Leréia recorda: diversos governos da Itália defenderam a prisão do ex-terrorista. Se realmente tivesse ocorrido alguma irregularidade, al-

gum governante já teria denunciado, contesta o tucano. Na opinião de Mendes Thame, a decisão foi mais uma herança maldita deixada por Lula. O deputado acredita que foi aberta uma estrada para foragidos do mundo inteiro. "Pessoa perseguida pela Justiça vai enxergar o Brasil como um ótimo lugar para se refugiar, sabendo que aqui não será alcançada pelas garras da lei."

Lula, segundo o tucano, paga com ingratidão o apoio recebido do governo italiano, que concedeu cidadania à mulher Marisa Leticia e aos filhos do ex-presidente. Diante da decisão, o petista cancelou viagem que faria a Roma. @

Retaliação

■ Em protesto, a cidade italiana de San Polo di Piave, na região de Vêneto, suspendeu o projeto de geminação com os municípios catarinenses de Arroio Trinta.

■ Em outra retaliação, segundo a "Folha de S.Paulo", o vice-ministro de Infraestrutura Roberto Castelli afirmou que não vai assinar acordo no setor de transporte aéreo com o Brasil.

Leia também em nosso blog:

- Investimento de R\$ 6,3 bilhões em áreas prioritárias na região do ABC mostra seriedade da administração de SP
- João Campos condena escolha de cidade goiana para receber lixo radioativo
- Está instalado o "feirão da Copa" no país do futebol, alerta Imbassahy
- Em São Paulo, Tripoli faz palestra sobre reforma política
- Comunidade virtual será mais um instrumento fundamental no combate às drogas
- Artigo: "Proposta de compromisso com o eleitor", por Luiz Fernando Machado
- Artigo: "Gestores Acessíveis", por Mara Gabrielli
- Direto do Twitter, com os deputados Raimundo Gomes de Matos (CE), Nelson Marchezan Junior (RS) e Andreia Zito (RJ)
- Direto do Plenário, com os deputados Vanderlei Macris (SP), Dudimar Paxiuba (PA) e Raimundo Gomes de Matos (CE)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Leticia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower
As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo